

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

1ª QUESTÃO – Político de expressão nacional, mas de índole controvertida, em visita a uma grande cidade do interior mineiro, desfila por vias públicas urbanas em carro aberto. Em determinado local, durante esse desfile, Pedro e Paulo, cada um desconhecendo a conduta do outro, efetuam disparos de arma de fogo na direção do político, coincidentemente ao mesmo tempo, com a intenção de matá-lo, e o evento morte realmente é alcançado. Apura-se, no curso das investigações, com forte e convincente apoio em prova pericial regularmente produzida, que o evento letal foi provocado pelo disparo efetuado por Pedro, ao passo que o disparo efetuado por Paulo só atingiu a vítima superficialmente, em um dos membros superiores. Nesse caso, como se define a responsabilidade criminal de cada um desses agentes?

- A. () Paulo não responde por crime algum, porque sua conduta, nessa hipótese, foi atípica, uma vez que o resultado morte, embora querido, não foi provocado por ele, com relação a quem houve crime impossível.
- B. () Pedro e Paulo respondem por homicídio, porque agiram em co-autoria dolosa, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.
- C. () **Pedro responde por homicídio e Paulo responde por tentativa de homicídio, por se tratar de autoria colateral.**
- D. () Pedro e Paulo respondem por homicídio, como autor e partícipe, respectivamente, por terem agido com dolo, visando ao mesmo resultado que foi alcançado.

2ª QUESTÃO – Empregada doméstica, durante o trabalho em casa alheia, dali tomou para si certo objeto que, todavia, supunha ser seu. Esse fato configura:

- A. () erro de proibição.
- B. () **erro de tipo.**
- C. () causa de exclusão da ilicitude.
- D. () crime impossível.

3ª QUESTÃO – De acordo com a Constituição Federal de 1988, o princípio da inviolabilidade da casa, segundo o qual ninguém nela pode penetrar sem o consentimento do morador, é excetuado na seguinte hipótese:

- A. () **para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.**
- B. () em caso de flagrante delito ou, em qualquer horário, por determinação judicial.
- C. () em caso de desastre ou, em qualquer horário, por determinação judicial.
- D. () na vigência do estado de defesa, em qualquer ponto do território nacional.

4ª QUESTÃO – Mediante encenação, um curandeiro convence mulher de dezenove anos de idade, acometida de certa moléstia, a permitir que ele a submetta a determinado tratamento, em ambiente isolado, com promessa de cura. Ao ver-se sozinho na companhia da jovem, ele lhe explica que esse tratamento deve ser feito por meio de relações sexuais que, todavia, segundo ele, são orientadas por entidade sobrenatural que toma o corpo do curandeiro, servindo este como simples instrumento, sem participação volitiva. Agindo dessa forma, o varão consegue manter conjunção carnal completa com a jovem, com o consentimento dela. Qual foi o crime por ele cometido?

- A. () Estupro.
- B. () Atentado violento ao pudor.
- C. () **Posse sexual mediante fraude.**
- D. () Corrupção de menores.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

5ª QUESTÃO – De acordo com a Constituição Federal de 1988 a liberdade de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, e desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local:

- A. () está condicionada à autorização prévia da autoridade competente, caso programada para município com mais de um milhão de habitantes.
- B. () **independe de autorização, mas exige prévio aviso à autoridade competente.**
- C. () na vigência do estado de defesa, não poderá sofrer restrições caso não exercida no seio de associação profissional.
- D. () na vigência do estado de sítio, poderá ser suspensa por decisão do Conselho da República e do Senado Federal.

6ª QUESTÃO – O oficial médico do HPM que, no interior deste nosocômio, vier , intencionalmente, a provocar aborto em uma Sargento Fem do QPE, sendo ambos da ativa, estará, em tese, cometendo:

- A. () crime de natureza militar.
- B. () **crime de natureza comum.**
- C. () apenas infração administrativa.
- D. () contravenção penal.

7ª QUESTÃO – O tenente “A”, do pelotão da pequena cidade de Rochedo, durante o atendimento de uma ocorrência, matou a tiros um civil envolvido na confusão. Após o Inquérito Policial Militar, conclui-se que o tenente agiu com dolo na morte do pacato cidadão, excluindo assim, a tese de legítima defesa argüida pela defesa. Diante disto , “A” será julgado:

- A. () **no Tribunal do Júri da comarca de Rochedo.**
- B. () no Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte.
- C. () na Auditoria da Justiça Militar Estadual em Belo Horizonte.
- D. () no Tribunal de Justiça Militar.

8ª QUESTÃO –Acerca da prisão em flagrante, assinale a opção **CORRETA**:

- I. No ordenamento jurídico pátrio existe, agora, a figura do flagrante eficiente, em que apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso, podendo retirar-se do local, não necessitando o condutor de aguardar até o final do APF.
- II. Admite-se a prisão em flagrante nos crimes sujeitos a ação penal privada.
- III. Nos crimes permanentes, enquanto não cessada a permanência, não pode o agente ser preso em flagrante delito.
- IV. É legal a prisão decorrente de flagrante esperado.
- V. É legal a prisão decorrente de flagrante forjado.

Alternativas:

- A. () Somente a I e II estão corretas.
- B. () Somente a I está correta.
- C. () Somente a I e IV estão corretas.
- D. () **Somente a I, II e IV estão corretas.**

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

9ª QUESTÃO – Quais são os princípios que norteiam a Administração Pública na Constituição do Estado de Minas Gerais?

- A. () publicidade, moralidade e impessoalidade.
- B. () legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- C. () legalidade, impessoalidade e razoabilidade.
- D. () **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.**

10ª QUESTÃO – O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é uma iniciativa da Polícia Militar para prevenir o uso indevido de drogas por:

- A. () **crianças e adolescentes da pré escola até o colegial.**
- B. () adolescentes em estado de exclusão social, principalmente os residentes nas favelas e bairros periféricos que não tem oportunidade de frequentar escolas.
- C. () estudantes, com maior ênfase aos do ensino médio, vez que são os mais expostos a ação de traficantes.
- D. () crianças e adultos, com maior ênfase aos residentes nas favelas e bairros periféricos, onde a ação de traficantes é mais frequente.

11ª QUESTÃO – Em referência à Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) marque a alternativa **CORRETA**:

- I. A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar em que a infração penal foi praticada.
- II. No Juizado Especial Criminal, não sendo encontrado, o acusado será citado por edital, publicado na forma da lei.
- III. O crime de lesão corporal culposa independe de representação do ofendido para início da Ação Penal.
- IV. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado de ocorrência, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, contudo se exigirá fiança.
- V. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, salvo se sujeitos a procedimento especial.

Alternativas:

- A. () Somente a II e III estão corretas.
- B. () Somente a II e IV estão corretas.
- C. () **Somente a I, II e V estão corretas.**
- D. () Somente a I, IV e V estão corretas.

12ª QUESTÃO – Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- I. Pessoa que foge em desabalada carreira, ao lhe ser apresentado mandado de prisão por policial, comete o crime de resistência, uma vez que resiste à ordem de autoridade pública.
- II. Considere a seguinte situação hipotética: Joana, diretora de escola pública, exigiu de uma mãe, como condição para o deferimento do pedido de matrícula de seu filho, o pagamento de quantia em dinheiro. Nessa situação, Joana poderá ser responsabilizada pelo crime de corrupção passiva.
- III. Servidor da Receita Federal que se apossa de bens irregularmente introduzidos no país comete o crime de peculato.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

- IV. Réu em ação de investigação de paternidade que se recusa a realizar exame de DNA determinado pelo juiz não comete o crime de desobediência, uma vez que não está obrigado a produzir prova contra si próprio.

Estão certos apenas os itens:

- A. () I e II.
B. () I e III.
C. () II e IV.
D. () III e IV.

13ª QUESTÃO – Os Postos de Policiamento Comunitário (PPC) e os Postos de Observação e Vigilância (POV) são indicados para atuar em:

- A. () bairros afastados e populosos, proximidades de escolas e grandes centros comerciais, terminais de ônibus e outros pontos de aglomeração que não recebam policiamento específico.
B. () suplementarmente ao lançamento do policiamento ordinário, não podendo ser lançados de forma isolada, sem a presença do policiamento específico para o local, seja a pé ou motorizado.
C. () em locais de pouco fluxo de pessoas e pequeno comércio que, face a tais características, não são contemplados com policiamento específico.
D. () em locais estratégicos, que apresentem grande incidência de ocorrências, de forma que a prioridade de alocação do efetivo dos PPC ou POV seja voltada para as ações repressivas.

14ª QUESTÃO – Com fulcro no Estatuto do Desarmamento, Lei n.º 10.826/03, é proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para, dentre outros:

- A. () os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.
B. () os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais 100.000 (cem mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.
C. () os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 300.000 (trezentos mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.
D. () os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

15ª QUESTÃO – De acordo com o Estatuto do Pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais (EPPM), marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () somente os militares da reserva podem ser proibidos de usar uniformes, temporária ou definitivamente, em virtude da prática de atos indignos, por decisão do Comandante Geral. Tal proibição não é estendida aos militares reformados.
B. () o militar poderá ser preso por autoridade policial civil, em caso de mandado de prisão temporária, preventiva e em flagrante delito.
C. () é vedado o uso individual ou por parte de organizações civis, públicas ou privadas, de uniformes, emblemas, insígnias, denominações ou distintivos que tenham semelhança com os adotados na Polícia Militar, ou que possam com ele ser confundidos.
D. () o uso do uniforme, fora do País, só é permitido aos militares que estiverem em missão oficial ou de férias.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

16ª QUESTÃO – Marque a alternativa **CORRETA** de acordo com o EPPM:

- A. () o militar que, por sentença passada em julgado, for declarado livre de culpa em crime que lhe tenha sido imputado, ou tendo este prescrito, não terá direito à diferença de soldo e vantagens correspondentes ao período de prisão.
- B. () **do indulto, graça ou anistia não decorre direito de qualquer pagamento.**
- C. () o militar respondendo inquérito, preso ou detido, com prejuízo para o serviço, faz jus ao acréscimo de tempo integral, ao abono de fardamento e à gratificação de função militar.
- D. () o militar agregado não perceberá soldo e vantagens decorrentes da situação que motivou a sua agregação.

17ª QUESTÃO – O EPPM, em seu art. 223 aduz que : “ É assegurado ao servidor da Polícia Militar o direito de requerer, representar ou recorrer, na forma da legislação vigente,”. Dentro desta afirmação marque a opção **CORRETA**:

- A. () **este direito decai, na esfera administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação do ato ou do conhecimento do fato.**
- B. () o recurso terá efeito devolutivo e suspensivo.
- C. () é permitido o reexame de recurso que já tenha sido solucionado pela administração.
- D. () das decisões do Comandante Geral caberá recurso ao Ouvidor do Estado.

18ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução nº 3.507/99, o seguinte conceito: “ *É a tarefa, atividade ou serviço específico, não incluídos entre as funções de um cargo, atribuídos a um militar, mediante designação da autoridade competente*”, refere-se a:

- A. () entrada em exercício.
- B. () função ou exercício.
- C. () **encargo.**
- D. () designação.

19ª QUESTÃO – Com base no Decreto nº 5.123, de 01/07/2004, pode-se afirmar que para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, dentre outros requisitos:

- A. () ter, no mínimo, 24 (vinte e quatro) anos;
- B. () comprovar aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por qualquer psicólogo, mesmo aquele não cadastrado no quadro da Polícia Federal ou por esta credenciado.
- C. () apresentar documento de ocupação, mesmo que ilícita e de residência certa.
- D. () **comprovar, em seu pedido de aquisição e em cada renovação de registro, a capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo atestada por empresa de instrução de tiro registrada no Comando do Exército por instrutor de armamento e tiro das Forças Armadas, das Forças Auxiliares ou do quadro da Polícia Federal, ou por esta habilitado.**

20ª QUESTÃO – Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca dos crimes contra a vida, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- I. Alfredo é o único herdeiro de sua irmã Maria, que sofre de depressão. Induzida por aquele, Maria tentou tirar sua própria vida, cortando os pulsos. Levada para o hospital pela empregada da casa, recebeu tratamento imediato, tendo sofrido lesões corporais leves. Nessa situação, Alfredo responderá pelo crime de participação em suicídio.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

- II. Aldo, trafegando com seu veículo em estrada de pouco movimento, verificou que, às margens da rodovia, encontrava-se, caída, uma vítima de atropelamento. Tendo importante reunião de trabalho a se iniciar dentro de meia hora, não prestou assistência à vítima. Terminada a reunião, arrependeu-se, voltou ao local onde a vítima se encontrava e providenciou sua condução para um hospital. Nessa situação, a conduta posteriormente praticada não elide a responsabilidade penal de Aldo, que poderá responder pelo crime de omissão de socorro.
- III. Betânia, sob a influência do estado puerperal, matou o próprio filho, logo após o parto, por estrangulamento. Cessada a influência do estado puerperal, Betânia desesperou-se e, arrependida do ato praticado, foi acometida por intenso sofrimento. Nessa situação, tendo em vista que as conseqüências da conduta de Betânia atingiram-na profundamente, poderá o juiz aplicar o perdão judicial.
- IV. Aline, em sua casa, viu o filho da vizinha, de três anos, jogar-se na piscina e afogar-se, o que o levou à morte. Nessa situação, mesmo quedando-se inerte, nada tendo feito para evitar a produção do resultado, Aline não responderá por homicídio, uma vez que não tinha o dever de evitar o resultado.

Estão certos apenas os itens:

- A. () I e II.
B. () I e III.
C. () II e IV.
D. () III e IV.

21ª QUESTÃO– O emprego do militar feminino será restrito até o nível de:

- A. () pelotão PM devendo, no caso do pelotão ser destacado, ser empregado na cidade onde estiver instalada a sede da fração.
- B. () pelotão PM, podendo ser empregado em qualquer município de responsabilidade da fração.
- C. () pelotão PM, desde que este esteja instalado no município sede de sua Cia PM específica.
- D. () pelotão PM, desde que este esteja instalado em município com população não inferior a 10.000 (dez mil) habitantes.

22ª QUESTÃO –Julgue os seguintes itens, relacionados aos crimes contra o patrimônio.

- I. Considere a seguinte situação hipotética. Vicente, mediante a utilização de arma de fogo, ingressou na residência de Osvaldo, subtraindo-lhe a quantia de R\$ 5.000,00. Tendo sido identificado e indiciado pelo crime de roubo, Vicente resolveu devolver a quantia furtada a Osvaldo. Nessa situação, ocorreu o arrependimento posterior, sendo possível a redução da pena de um a dois terços.
- II. Considere a seguinte situação hipotética. Aderbal constrangeu Heloísa, mediante grave ameaça, utilizando-se de arma de brinquedo, a fornecer-lhe a senha de seu cartão bancário. Nessa situação, Aderbal praticou o crime de extorsão, incidindo causa de aumento de pena em razão do instrumento utilizado para ameaçar a vítima.
- III. O crime de apropriação indébita consuma-se quando o agente passa a agir como se fosse o proprietário do bem apropriado, sem a intenção de promover a sua restituição.
- IV. No crime de estelionato mediante emissão de cheque sem provisão de fundos, o pagamento até o recebimento da denúncia afasta a justa causa para a propositura da ação penal.

Estão certos apenas os itens:

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

- A. () I e II.
- B. () I e III.
- C. () II e IV.
- D. () III e IV.

23ª QUESTÃO – Na hipótese de recurso disciplinar, face aplicação de sanção disciplinar, a autoridade que aplicou a sanção:

- A. () **entendendo procedente o pedido poderá reconsiderar sua decisão, desde que ouvido o CEDMU, sendo desnecessário enviar a documentação ao escalão imediatamente superior.**
- B. () entendendo procedente o pedido poderá reconsiderar sua decisão, não sendo necessário ouvir o CEDMU e enviar a documentação ao escalão imediatamente superior.
- C. () mesmo que entenda procedente o pedido, não poderá reconsiderar sua decisão, devendo enviar a documentação ao escalão imediatamente superior.
- D. () entendendo procedente o pedido poderá reconsiderar sua decisão, sendo necessário ouvir o CEDMU, bem como enviar a documentação ao escalão imediatamente superior.

24ª QUESTÃO – O Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU) é órgão colegiado designado pelo Comandante da Unidade. Ao receber qualquer documentação para análise, o CEDMU lavrará termo próprio explicitando os seguintes aspectos:

- A. () instauração, instrução, relatoria, solução.
- B. () **fundamento fático e legal, finalidade, proposição de medidas pertinentes.**
- C. () instauração, instrução, relatoria, decisão.
- D. () fundamentação, motivação, decisão; proposição de medidas pertinentes.

25ª QUESTÃO – A comunicação disciplinar é a formalização escrita, assinada por militar e dirigida à autoridade competente, acerca de ato ou fato contrário à disciplina. Será apresentada, contados da observação ou conhecimento do fato, no prazo de:

- A. () **05 (cinco) dias úteis.**
- B. () 07 (sete) dias úteis.
- C. () 05 (cinco) dias.
- D. () 07 (sete) dias

26ª QUESTÃO – Será submetido a Processo Administrativo Disciplinar o militar, com no mínimo três anos de efetivo serviço, que:

- A. () ofender ou dispensar tratamento desrespeitoso, vexatório ou humilhante a qualquer pessoa.
- B. () **praticar ato que afete a honra pessoal ou o decore da classe, independente do seu conceito.**
- C. () exercer coação ou assediar pessoas com as quais mantenha relações funcionais.
- D. () praticar ato violento, em situação que não caracterize infração penal.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

27ª QUESTÃO – Contados da data em que foi praticada a transgressão, a ação disciplinar prescreve em:

- A. () 120 dias se transgressão leve; 01 ano se transgressão média; 02 anos se transgressão grave.
- B. () 120 dias se transgressão leve; 240 dias se transgressão média; 360 dias se transgressão grave.
- C. () 03 meses se transgressão leve; 06 meses se transgressão média; 12 meses se transgressão grave.
- D. () 01 ano se transgressão leve; 02 anos se transgressão média; 03 anos se transgressão grave.

28ª QUESTÃO – O MAPPAD prevê que o Procedimento Sumário (PS) tem caráter meramente investigativo e o objetivo de apurar em exame rápido e sem rígidas formalidades qualquer ato ou fato aparentemente irregular. O PS deverá ser utilizado para os seguintes casos:

- A. () maior gravidade e autoria incerta.
- B. () media gravidade e autoria certa.
- C. () menor gravidade e autoria certa.
- D. () menor gravidade ou de autoria incerta.

29ª QUESTÃO – Conforme a Decisão Administrativa nº 09/2002-CG, **Ação Disciplinar** é a comunicação disciplinar ou confecção de qualquer documento formal pela Administração e possui o condão de interromper o prazo da prescrição previsto no CEDM, conforme regulamentação dada pelo MAPPAD. Com base nessa premissa é verdadeiro afirmar que:

- A. () pode haver a aplicação de sanção disciplinar depois de decorrido o prazo prescricional quando a ação disciplinar tenha iniciado no transcurso de tal prazo.
- B. () não pode haver a aplicação de sanção disciplinar depois de decorrido o prazo prescricional quando a ação disciplinar tenha iniciado no transcurso de tal prazo.
- C. () pode haver a aplicação de sanção disciplinar a qualquer tempo.
- D. () pode haver a aplicação da sanção disciplinar a qualquer tempo, desde que a Administração considere conveniente e oportuna tal medida.

30ª QUESTÃO – Os pressupostos de admissibilidade dos recursos são condições que devem se fazer presentes nessas peças. Conforme norma contida no MAPPAD, são os seguintes:

- A. () tempestividade, discricionariedade, interesse de agir.
- B. () tempestividade, recorribilidade, interesse de agir.
- C. () tempestividade, legitimidade, interesse de agir.
- D. () tempestividade, punibilidade, interesse de agir.

31ª QUESTÃO – A Ação Policial Legítima é entendida, conforme o MAPPAD, como a intervenção (resposta) ou desempenho do servidor da PMMG, isolada ou em conjunto, em ocorrência policial militar, quer por determinação, solicitação ou iniciativa própria, desde que tal atuação se faça comprovadamente necessária e se pautar nos estritos parâmetros autorizados pela lei. No Inquérito Policial Militar, no Auto de Prisão em Flagrante e na Sindicância a manifestação do Encarregado, do Presidente ou Sindicante de que houve Ação Policial Legítima deve ocorrer no:

- A. () relatório.
- B. () em qualquer momento, desde que no curso do IPM, APF ou SINDICÂNCIA.
- C. () no ofício de remessa do Encarregado do IPM, Presidente do APF ou do Sindicante.
- D. () logo após a audição do indiciado, conduzido ou sindicado.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

32ª QUESTÃO – Sendo realizadas quaisquer novas diligências ou juntados documentos novos aos autos da sindicância depois da apresentação das razões escritas de defesa pelo sindicato ou por seu defensor, deverá o sindicante adotar a seguinte medida:

- A. () proceder à continuidade do procedimento.
- B. () **proceder à nova abertura de vistas ao sindicato ou ao seu defensor no prazo regulamentar.**
- C. () encerrar o procedimento com minucioso relatório.
- D. () encaminhar os autos no modo em que se encontram à autoridade delegante.

33ª QUESTÃO – Na sede dos Gp PM e Sub Gp PM deve existir, no mínimo:

- A. () **um planejamento básico das operações locais, um mapa ilustrado da região, mostrando inclusive o sistema viário, um plano de chamada da tropa e cartões-programa do policiamento ostensivo.**
- B. () um planejamento básico das operações locais, um plano de chamada da tropa e cartões programa do policiamento ostensivo.
- C. () um mapa ilustrado da região, mostrando inclusive o sistema viário, um plano de chamada da tropa e cartões-programa do policiamento ostensivo.
- D. () um planejamento básico das operações locais, um mapa ilustrado da região, mostrando inclusive o sistema viário e um plano de chamada da tropa.

34ª QUESTÃO – Recompensas, conforme a definição prevista no Decreto Estadual 42.843, de 16Ago02, constituem benefícios materiais e morais, definidos em legislação e regulamentação especiais, concedidos aos militares. As autoridades devem observar quais princípios para concessão de recompensas:

- A. () proporcionalidade, individualidade, oportunidade, merecimento, celeridade.
- B. () **proporcionalidade, individualidade, oportunidade, merecimento, justiça.**
- C. () proporcionalidade, individualidade, oportunidade, merecimento, utilidade.
- D. () proporcionalidade, individualidade, oportunidade, merecimento, adequabilidade.

35ª QUESTÃO – Ao atender ocorrência ou aproximar-se do que pode ser uma situação de crise, o policial estará em certo nível de alerta que condicionará a sua capacidade de antecipação do perigo. Quanto melhor preparado mentalmente, melhor condição terá para:

1. Operar no nível apropriado de alerta, relativo ao grau de prontidão que a situação exige.
2. Detectar sinais de risco e ameaça.
3. Passar para um nível mais alto de alerta e prontidão de acordo com a evolução da ocorrência.

De acordo com a classificação do Manual de Prática Policial, marque a alternativa que corresponde à correta identificação entre os diferentes níveis de alerta e a sua conceituação, conforme “VERDADEIRO” (V) OU “FALSO” (F):

- () Estado de Atenção: O policial deve estar precavido, mas não tenso. Apresenta calma, porém mantém constante vigilância em relação às pessoas, lugares e coisas ao seu redor. Não há identificação de um ato hostil, mas está ciente de que uma agressão é possível. A cor representativa de tal estado é “AMARELA”.
- () Estado de Alerta : O policial percebe que o problema já existe e está ciente de que um confronto é provável. Devem ser avaliadas todas as reações e pensadas as formas de controlar uma ameaça com arma de fogo. Tal estado diminui os riscos da equipe ser surpreendida e a coloca pronta às ações de resposta que a situação exigir. É representada pela cor “LARANJA”.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

- () Estado de Alarme: O risco é real e a reação instantânea é necessária. A ameaça deve ser focalizada e deve-se ter em mente a ação necessária para controlá-la com intervenção verbal, força física ou força letal, conforme as circunstâncias o exigirem. “VERMELHA” é a cor que a representa.
- () Estado de Pânico: Ocorre quando o perigo se mantém por um período de tempo prolongado ou o policial enfrenta um perigo para o qual não está preparado. O policial ainda consegue dar respostas compatíveis e funcionar com relativa adequação. O organismo entra num processo de sobrecarga. Poderão ocorrer falhas na percepção da situação na qual se encontra. “PRETA” é a cor representativa.

- A. () V, F, V, F.
B. () V, V, V, V.
C. () F, F, V, V.
D. () V, F, V, V.

36ª QUESTÃO – Como parte da estratégia para se evitar uma ameaça direta é necessário entender o processo mental envolvido numa agressão. Isto é, os estágios de pensamento que uma pessoa tem que seguir para ferir o policial. Assim, como no pensamento tático, o processo mental aplica-se tanto em situações em que o suspeito está desarmado, quanto nas situações em que está armado. Para atacar um policial com razoável chance de êxito, um agressor tem que passar por um processo mental que conforme o Manual de Prática Policial é dividido em três estágios. Marque a alternativa que contenha tais estágios:

- A. () Identificar, Racionalizar e Agir.
B. () Identificar, Pensar e Decidir.
C. () Racionalizar, Decidir e Agir.
D. () Identificar, Decidir e Agir.

37ª QUESTÃO – O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar, no mínimo, no conceito:

- A. () “B”, sem pontuação negativa.
B. () “B”, com até 24 pontos negativos.
C. () “B”, qualquer que seja sua pontuação.
D. () “A”.

38ª QUESTÃO – “O uso da FORÇA LETAL constitui-se em medida extrema e somente é justificado para a legítima DEFESA DA VIDA. O ideal é que toda ocorrência seja resolvida sem o uso da força, utilizando, principalmente, a verbalização. Porém, nem sempre isso é possível.

O triângulo da força letal é um modelo de tomada de decisão designado para desenvolver sua habilidade para responder a encontros de força, permanecendo dentro da legalidade e de parâmetros aceitáveis. Raciocinar sobre o triângulo da força letal pode auxiliá-lo a decidir. Os três lados de um triângulo equilátero representam três fatores. Tais fatores têm que estar presentes para justificar o uso da força letal.”

Marque a alternativa que corresponde a esses fatores que justificam o uso da força letal:

- A. () Habilidade, Previsibilidade, Risco.
B. () Habilidade, Verbalização, Risco.
C. () Habilidade, Cooperatividade, Risco.
D. () Habilidade, Oportunidade, Risco.

PROVA PARA O EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 1º TENENTES DA PMMG - 2006

39ª QUESTÃO– Considere a seguinte assertiva do Manual de Prática Policial:

“Ao deslocar-se caracterizado como policial (fardado), faça-o em Estado de Atenção. Mesmo que não esteja empenhado em ocorrência, só pelo fato de estar fardado, você pode ser solicitado ou se ver envolvido em uma ocorrência repentinamente. Quando isso ocorrer você escala imediatamente para o Estado de Alerta e deve, então, mover-se utilizando os princípios do pensamento tático, avaliando as áreas de risco e pontos de foco”.

Nesse caso, alguns procedimentos podem ser seguidos, entre eles:

1. Escolha de itinerários seguros (máximo de cobertas e abrigos)
2. Movimentação por meio de pequenos deslocamentos entre abrigos e cobertas sucessivas.
3. Planejamento de pequenos deslocamentos antes de fazê-los.
4. Evitar áreas limpas (sem proteção).
5. Escolha do processo adequado para a movimentação.

Ao deslocar-se em situação de risco, considere ter a arma pronta para uso na mão, sabendo que a utilização da arma deve seguir certos princípios.

Assinale a alternativa que contenha esses quatro princípios a serem observados nos deslocamentos em situação de risco”

- A. () Manter todas as armas para emprego imediato.
Apontar a arma somente para o objetivo a ser imobilizado.
Buscar rapidamente abrigo
Nunca por o dedo no gatilho se não tiver a intenção de atirar.
- B. () Manter todas as armas para emprego imediato.
Apontar a arma somente para o objetivo a ser imobilizado.
Evitar cruzar terrenos limpos e descobertos.
Nunca por o dedo no gatilho se não tiver a intenção de atirar.
- C. () **Manter todas as armas para emprego imediato.**
Apontar a arma somente para o objetivo a ser imobilizado.
Ter absoluta certeza da agressão.
Nunca por o dedo no gatilho se não tiver a intenção de atirar.
- D. () Manter todas as armas para emprego imediato.
Apontar a arma somente para o objetivo a ser imobilizado.
Agrupar-se a outros policiais de modo a aumentar o poder de resposta.
Nunca por o dedo no gatilho se não tiver a intenção de atirar.

40ª QUESTÃO– A respeito da Busca Minuciosa é **CORRETO** afirmar que:

- A. () **será executada pelas costas do suspeito que poderá estar de pé, ajoelhado ou deitado.**
- B. () será feita com o suspeito elevando os braços, se possível colocando as mãos sobre a cabeça com os dedos entrelaçados.
- C. () é utilizada na entrada das casas de diversões públicas, nos portões de campos de futebol ou em outros estabelecimentos afins.
- D. () é feita num movimento rápido de deslizamento das mãos sobre o vestuário do cidadão